

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

CNPJ 67.640.441/0001-29

RELATÓRIO DA DIRETORIA

vigente, litando por transformações significativas, que realmente interferiram positivamente na sociedade e na qualidade de vida dessas pessoas. Criamos importantes estratégias para facilitar e concretizar a inclusão das pessoas com deficiência visual na família, na escola, no trabalho, no lazer e nos espaços culturais, tirando-as da vulnerabilidade social, prevenindo assim prejuízos desnecessários ao seu desenvolvimento. Produzimos auxílios e equipamentos de tecnologia assistiva, brinquedos pedagógicos, livros instrucionais e manuais de apoio às famílias, educadores, escolas e universidades. São materiais distribuídos por todo o Brasil com apoio de empresas parceiras, MEC e Secretarias de governo. Reconhecemos e agradecemos, em nome de Laramara e de todos os brasileiros com deficiência visual, a responsabilidade social de empresas e a generosidade de cidadãos comuns; os patrocínios, convênios

com órgãos governamentais, apoios diversos da sociedade e trabalho de voluntários e colaboradores. Aos 26 anos de sua fundação, Laramara está preparada, organizada e com a mesma transparência e comprometimento de sempre. Com a parceria de associações, institutos, ONG's e empresas privadas e públicas, realizaremos, cada vez mais e melhor a missão a que nos propomos: propiciar às pessoas com deficiência visual a emancipação pessoal e social com os melhores recursos materiais e humanos, com igualdade de oportunidades, para uma total inclusão social. Foi com a sua colaboração que fizemos a diferença na vida das pessoas com deficiência visual e suas famílias e transformamos Laramara em referência nacional e internacional no trabalho em benefício dessas pessoas, elas mesmas protagonistas de nossas ações de defesa e garantia de seus direitos.

"JUNTOS TRANSFORMAMOS VIDAS"

DEMONSTRAÇÕES DO DÉFICIT PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em reais - R\$)			
	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Venda de produtos e serviços	14	37.800.602	33.120.497
Benefícios obtidos - isenções tributárias	17	5.004.746	4.744.119
Doações para manutenção	15	4.939.157	5.032.572
Convênios com órgãos públicos e privados	16	406.425	71.735
Outras receitas		30.534	142.475
Total da receita operacional bruta		48.261.464	43.791.398
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Impostos, cancelamentos e deduções	18	(6.649.779)	(5.858.406)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		41.611.685	37.932.992
CUSTO DE SERVIÇOS E SERVIÇOS SUPLERVISADOS	19	(29.044.745)	(24.539.465)
DESPESAS OPERACIONAIS	19	(18.284.618)	(17.527.441)
DÉFICIT OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(5.717.678)	(4.133.913)
RESULTADO FINANCEIRO		64.211	(666.547)
(Despesas) receitas financeiras, líquidas		(5.653.467)	(4.800.460)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(5.653.467)	(4.800.460)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em reais - R\$)			
	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(5.653.467)	(4.800.460)
Outros resultados abrangentes		1.126	-
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(5.653.467)	(4.800.460)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em reais - R\$)			
		31/12/2016	31/12/2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Déficit do exercício		(5.653.467)	(4.800.460)
Ajustes para conciliar o déficit do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		1.191.372	1.208.845
Obrigações constituídas de provisão para riscos trabalhistas		57.193	(93.092)
Variação monetária e juros sobre empréstimos e financiamentos		164.270	276.816
Variação cambial sobre financiamentos		(175.098)	399.297
Resultado na venda de bens do ativo imobilizado		(95.491)	(65.395)
Baixa do imobilizado		16.911	-
Doação recebida em bens do ativo imobilizado		(29.159)	(68.370)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		318.687	781.753
Adiantamentos diversos		50.759	551.099
Estoques		(507.642)	319.801
Repositos a recuperar		1.126	-
Outras contas a receber		(60.588)	(2.472)
Depósitos Judiciais		-	538.469
Redução dos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.004.122	(199.372)
Adiantamentos de clientes e para realização de projetos		5.699	317.378
Obrigações fiscais		(68.301)	87.349
Obrigações trabalhistas e sociais		23.151	(33.515)
Outras contas a pagar		7.876	(1.708)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(3.544.439)	(1.090.178)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimento por venda de bens do ativo imobilizado		100.000	88.944
Pagamentos por aquisições de bens do ativo imobilizado		(34.683)	(475.872)
Pagamentos por aquisições de bens do ativo intangível		(12.525)	(22.762)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		52.974	(409.710)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos		4.556.690	2.630.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal e juros)		(1.304.637)	(1.105.728)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		3.252.053	1.524.272
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(239.592)	24.384
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.365.871	2.344.487
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		2.129.279	2.368.871
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(239.592)	24.384

de 2010, a Associação recebeu do CNAS certidão que comprova o pedido de renovação do certificado supracitado e que este estava em análise. A certidão legitima a entidade como Entidade Beneficente de Assistência Social e tem validade de seis meses, a contar da data de emissão dessa certidão, 19 de fevereiro de 2010. Em 5 de maio de 2010, o CNAS, por meio da Resolução nº 16, de 5 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 94, de 19 de maio de 2010, definiu os novos parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como de serviços, programas, projetos e serviços socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal, e, conforme o art. 6º e 4º, resolveu que, para emissão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, as entidades e organizações deveriam entrar com o pedido de inscrição nos respectivos Conselhos Municipais de Assistência Social. A Associação renovou, em 30 de junho de 2010, o Certificado de Inscrição perante o Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS - SP, sob o nº 643/10, cuja validade inicial era de cinco anos, ou seja, até 29 de junho de 2015. Para atendimento à Resolução CNAS nº 16/10, o COMAS/SP suspendeu temporariamente todos os certificados de inscrições emitidos anteriormente, desde que não fossem fundamentais para a emissão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social do CNAS, e todas as entidades deveriam providenciar as novas documentações solicitadas. Como a Associação depende de tal certificado para a manutenção de suas isenções (tributárias e fiscais), em 16 de julho de 2010, a Associação recebeu do CNAS nova certidão que comprova a protocolização do pedido de renovação do certificado, o qual foi encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Por meio da Resolução COMAS-SP nº 532/11, artigo 1º, foi definido que as entidades e organizações de assistência social, inscritas no COMAS-SP, deveriam requerer até o dia 30 de abril de 2012 inscrição conforme procedimentos e critérios dispostos na Resolução COMAS-SP nº 528/11. Também foi definido que os certificados de inscrições, outrora suspensos temporariamente, tiveram seus prazos de validade prorrogados até o dia 30 de abril de 2012. A Associação efetuou o recadastramento no COMAS/SP, em 27 de abril de 2012, conforme determina a Resolução CNAS nº 16/10. Esse procedimento é o reconhecimento público das ações realizadas pela Associação no âmbito da Política de Assistência Social. Em 7 de maio de 2014, a Associação, tendo cumprido o que estabelece a Resolução COMAS - SP nº 528/2011, recebeu o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, publicado no Diário Oficial de São Paulo em 10 de maio de 2014, com prazo de vigência indeterminado.

24. SECURUS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)
Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Associação mantém valores segurados determinados e contratados em níveis adequados para a cobertura de eventuais danos decorrentes de sinistros com bens de seus ativos.

25. COMPROMISSO
A Associação possui contratos de comodato com uma de suas mantenedoras referente aos seus imóveis localizados no bairro da Barra Funda. Os contratos são de caráter gratuitos e possuem prazo de vencimento indeterminado.

26. OUTROS ASSUNTOS
Em 31 de dezembro de 2016 a Associação possuía patrimônio líquido negativo. A Administração da Associação está revendo seus processos e reestruturando seus negócios, com o objetivo de continuar operando dentro do curso normal. Por meio de documento formal, os Mantenedores evidenciaram a intenção de realização de aportes quando necessários, independentemente dos resultados das suas Unidades de Negócios.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES
Em 31 de abril de 2017 os Mantenedores realizaram novos aportes na Associação, no montante de R\$ 750.000,00.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 28 de agosto de 2017.

Mara Olimpia de Campos Sialuys - Presidente - CPF: 024.138.338-20
Tatiana de Campos Sialuys Zanchetta - Diretora do Patrimônio/Tesouraria - CPF: 114.377.658-58
Jorge Daniel Bandeira dos Santos - Contador - CRC 1 SP226335/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores da Laramara Associação Brasileira de Assistência à Pessoa com Deficiência Visual
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Laramara Associação Brasileira de Assistência à Pessoa com Deficiência Visual ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do déficit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Laramara Associação Brasileira de Assistência à Pessoa com Deficiência Visual em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase: Chamamos a atenção para o fato de a Associação apresentar patrimônio líquido negativo em 31 de dezembro de 2016, fato que gera dúvidas significativas quanto à sua capacidade de continuar operando. Conforme mencionado na nota explicativa nº 26 às demonstrações financeiras, a Administração da Associação está revendo seus processos e reestruturando suas operações para assegurar a continuidade. Conforme mencionado na nota explicativa nº 27 às demonstrações financeiras, em 31 de abril de 2017, os Mantenedores aportaram R\$2.750 mil ao patrimônio social. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é o alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais implicações significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de outubro de 2017

DELOITTE BRASIL
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 000164/O-4

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em reais - R\$)			
	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
ATIVOS CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.129.279	2.368.871
Contas a receber	4	2.525.785	2.844.472
Estoques	5	2.045.501	1.537.859
Adiantamentos diversos		197.008	247.767
Impostos a recuperar	6	15.964	34.090
Outras contas a receber		98.927	38.339
Total dos ativos circulantes		7.012.464	7.054.398
NÃO CIRCULANTES			
Imobilizado	7	6.168.885	5.279.772
Intangível	8	132.415	153.735
Total dos ativos não circulantes		6.301.300	7.433.507
TOTAL DOS ATIVOS		13.313.764	14.487.905

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTES			
	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos	9	1.295.913	1.824.055
Fornecedores	10	2.988.978	1.984.856
Obrigações fiscais		54.171	122.472
Obrigações trabalhistas e sociais	12	1.773.399	1.541.887
Adiantamentos para realização de projetos		1.002.739	960.480
Adiantamentos a clientes		38.838	75.398
Outras contas a pagar		30.904	23.028
Total dos passivos circulantes		7.184.942	6.532.176
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimo e financiamentos	9	7.913.269	4.143.902
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	13	532.627	475.434
Captações de empréstimos		4.445.896	4.619.336
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social		3.504.101	3.504.101
Reserva de doação		341.907	341.907
Déficit acumulado		(6.163.082)	(509.615)
Total do patrimônio líquido		(2.317.074)	3.336.393
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.313.764	14.487.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em reais - R\$)				
	Patrimônio social	Reserva de doação	Superávit (Déficit) acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	3.504.101	341.907	4.290.845	8.136.853
Déficit do exercício	-	-	(4.800.460)	(4.800.460)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3.504.101	341.907	(509.615)	3.336.393
Déficit do exercício	-	-	(5.653.467)	(5.653.467)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.504.101	341.907	(6.163.082)	(2.317.074)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Valores expressos em reais - R\$)

1. **CONTEXTO OPERACIONAL**
A Laramara Associação Brasileira de Assistência à Pessoa com Deficiência Visual ("Associação") é uma Associação de caráter beneficente de assistência social, sem fins lucrativos e econômicos, com imunidade tributária, que tem por objetivo social dar assistência, desenvolver técnicas e materiais adequados para atendimento ao deficiente visual; promover conferências e grupos de estudo; realizar seminários, congressos, exposições e outras atividades de caráter cultural dentro da obra da Associação; e realizar a prestação de serviços gráficos.

2. **PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, levando em consideração a Interpretação Técnica ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros. 2.2. Base de elaboração: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: a) Uso de estimativas. Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos materiais-primas, produtos acabados e itens para revenda, estão apresentados ao seu custo de aquisição, estimativas referidas à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes e a outras similares. Por serem estimativas, é normal que possam ocorrer variações por ocasião da efetiva realização ou liquidação dos correspondentes ativos e passivos. b) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem substancialmente saldos de caixa, bancos e aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, fundos de investimento de liquidez imediata e poupança, com risco insignificante de mudança de valor de mercado, demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, e que podem ser resgatadas a qualquer momento. c) Estoques: Compostos por materiais-primas, produtos acabados e itens para revenda, estão apresentados ao seu custo de aquisição, incluindo o custo de reposição/recolocação. Adicionalmente, são constituídas provisões para perdas com itens obsoletos, quando julgado necessário. d) Imobilizado e intangível: Registrados pelo custo de aquisição ou construção ou pelo custo estimado, com base em pesquisa de mercado quando oriundo de doações, menos depreciações/amortizações acumuladas. As depreciações e amortizações são registradas pelo método linear, conforme as taxas descritas nas notas explicativas nº 7 e nº 8. A Associação analisou as evidências de que o valor contábil de um ativo será recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. Em 31 de dezembro de 2016, não há necessidade de registro de provisão para o custo do valor recuperável. e) Demais ativos: Apresentados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até as datas dos balanços e a provisão para perdas considerando as expectativas de realização. f) Passivos circulantes e não circulantes: Registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços. g) Adiantamento para projetos e doações: Os adiantamentos para projetos específicos são registrados no passivo circulante e revertidos integralmente em projetos de pesquisas e ações sociais da Associação, quando então são registrados no superávit para custos de projetos e no patrimônio social, para custear aquisições de ativo imobilizado. As doações são específicas, destinadas ao custeio normal das operações, são registradas diretamente no superávit como receita de doações. h) Apuração do déficit/superávit: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. **Venda de produtos:** A receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a posse é transferida, de tal forma que todas as seguintes condições são satisfeitas: • A Associação transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos. • A Associação não mantém envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade dos produtos, incluindo, mas não limitado a, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Associação. • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. Normalmente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. **Prestação de serviços:** As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos são cumulativamente atendidos: (i) evidência da existência de contrato; (ii) serviço efetivamente prestado e (iii) preço fixado e determinado; e (iv) provável recebimento. **Empréstimos e financiamentos:** Ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, mas não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os ativos financeiros reconhecidos pela associação nessa categoria de instrumentos financeiros são representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

3. **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**
Caixa e bancos 2.962
Aplicações financeiras:
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a) 1.135.359 1.338.026
Fundos de investimento (b) 991.893 1.027.574
Cadernetas de poupança 144 309
2.129.279 2.368.871
(a) Referem-se a aplicações financeiras em renda fixa com remuneração entre 86% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. (b) A Associação mantém valores aplicados em fundos de investimento, cujo objetivo é aplicar em cotas de fundo referenciado DI. As aplicações financeiras têm liquidez imediata em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. **CONTAS A RECEBER**
31/12/2016 31/12/2015
Vendas de equipamentos, mercadorias e outros 54.066 125.400
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (30.682) (35.081)
2.525.785 2.844.472
A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de contas a receber em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	2.348.600	2.716.267
Vencidos	177.185	128.205
5. ESTOQUES	2.045.501	1.537.859

6. **IMPÓSITOS A RECUPERAR**
31/12/2016 31/12/2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS 15.964 16.014
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 450
Outros impostos 626
15.964 17.090

7. **IMOBILIZADO**
31/12/2016 31/12/2015
Taxa anual de depreciação% Custo Depreciação acumulada Líquido Líquido
Terrenos 543.634 - - 543.634 543.634
Edifícios 4 903.203 (538.911) 364.292 400.420
Instalações 10 864.381 (536.954) 327.427 389.228
Máquinas e equipamentos 20 1.950.609 (592.273) 1.358.336 5.227.299
Móveis e utensílios 20 1.049.776 (918.397) 131.379 192.755
Veículos 20 1.347.479 (930.497) 416.982 503.031
20 347.351 (330.516) 16.835 33.405
15.006.433 (8.837.5